

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
***CAMPUS* CERRO LARGO**
LICENCIATURA EM LETRAS PORTUGUÊS E ESPANHOL

LUANA BRAGA LISCANO

DESAFIOS GLOTOPOLÍTICOS:

O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO LÍNGUA ADICIONAL PARA
ALUNOS INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL -
CAMPUS CERRO LARGO

CERRO LARGO
2025

LUANA BRAGA LISCANO

DESAFIOS GLOTOPOLÍTICOS:

**O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO LÍNGUA ADICIONAL PARA
ALUNOS INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL -
CAMPUS CERRO LARGO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Letras Português e
Espanhol - Licenciatura da Universidade Federal
da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para
obtenção do título de Licenciada em Letras.

Orientadora: Prof.^a Dra. Angelise Fagundes

CERRO LARGO

2025

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Liscano, Luana Braga
DESAFIOS GLOTOPOLÍTICOS: O ENSINO DE LÍNGUA
PORTUGUESA COMO LÍNGUA ADICIONAL PARA ALUNOS INDÍGENAS
NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL - CAMPUS CERRO
LARGO / Luana Braga Liscano. -- 2025.
35 f.

Orientadora: Doutora Angelise Fagundes

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em Letras - Português e Espanhol, Cerro
Largo, RS, 2025.

1. indígenas. 2. língua portuguesa. 3. glotopolítica.
4. língua adicional. I. Fagundes, Angelise, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

LUANA BRAGA LISCANO

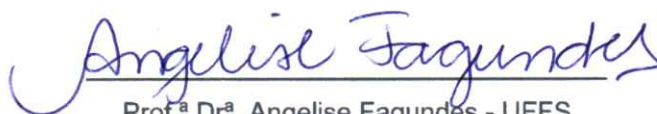
DESAFIOS GLOTOPOLÍTICOS:

**O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO LÍNGUA ADICIONAL PARA
ALUNOS INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL -
CAMPUS CERRO LARGO**

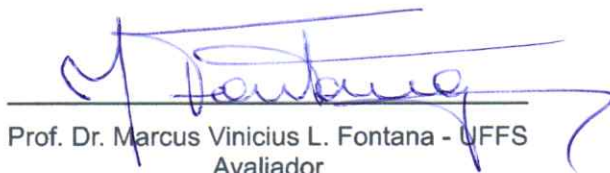
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Graduação em Letras Português e
Espanhol - Licenciatura da Universidade Federal
da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para
obtenção do título de Licenciada em Letras.

Este trabalho de conclusão foi defendido e aprovado pela banca em: 01/07/2025

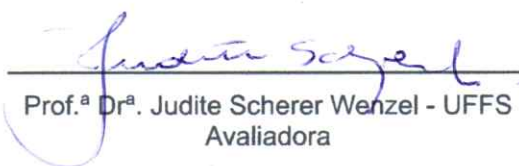
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª. Angelise Fagundes - UFFS
Orientadora



Prof. Dr. Marcus Vinicius L. Fontana - UFFS
Avaliador



Prof.ª Dr.ª. Judite Scherer Wenzel - UFFS
Avaliadora

AGRADECIMENTOS

Dedico os meus agradecimentos às pessoas que sempre estiveram comigo, me apoiando durante toda a minha trajetória acadêmica. Início agradecendo ao meu namorado, Eduardo, que sempre esteve ao meu lado, tornando a minha caminhada mais tênue, não medindo esforços para me ajudar e acreditando, muitas vezes, mais no meu potencial, competência e habilidade do que eu mesma.

Outra pessoa que merece destaque é a minha mãe, que sempre me incentivou nos estudos, aceitando e entendendo as minhas decisões, embora, algumas delas não fossem do seu agrado. Minha mãe é o meu maior símbolo de resistência e de inspiração, pois sempre mostrou a minha pessoa e aos meus irmãos que o que é difícil não dura para sempre e que a persistência, resistência e a paciência são qualidades que nos levam longe.

Também agradeço à minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Angelise Fagundes, por ter sido tão acolhedora e atenciosa comigo durante a minha participação no Centro de Línguas e por ter aceitado me orientar nesta etapa final, que é tão significativa e marcante.

Além disso, agradeço aos meus amigos e amigas que sempre estiveram comigo durante essa jornada e que fizeram parte dos meus dias ao longo desses quatro anos e meio, aos que dividiram tarefas comigo e aos que me apoiaram emocionalmente, me ajudando a não me sentir sozinha e nem desamparada.

Em suma, encerro meus agradecimentos expressando minha profunda gratidão a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste momento tão importante e ímpar em minha vida. Principalmente nos momentos em que me sentia incapaz. Vocês são luzes!

“Me movo como educador porque, primeiro, me movo como gente”. (Freire, 1996, p. 49)

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo identificar ações institucionais de acolhimento linguístico aos estudantes indígenas brasileiros falantes de línguas indígenas como língua materna, na Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Cerro Largo/RS. A pesquisa se desenvolve por meio de uma análise documental e de um embasamento teórico bibliográfico, tratando-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva. Dessa forma, foram buscados documentos como: Resoluções, Editais, Relatórios e Projetos Pedagógicos dos Cursos, que mencionavam ações de acolhimento em relação ao público em questão. Ademais, o foco da pesquisa é apresentar o ensino da língua portuguesa como língua adicional como uma ação glotopolítica, para que a aprendizagem desses alunos seja desenvolvida com igualdade, garantindo-lhes a permanência e as condições linguísticas para a efetivação dos cursos escolhidos por esse público. Diante disso, foi constatado que a Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Cerro Largo, apresenta ações de acolhimento propostas por meio de Resoluções e postas em práticas através dos setores e núcleos responsáveis, assim como o Centro de Línguas com a oferta de cursos de língua portuguesa como língua adicional. Todavia, com todas as ações já existentes, ainda é relatado pelos discentes indígenas, no Terceiro Relatório das Atividades do Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN), a dificuldade linguística. Então, foi realizada uma análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos que possuíam alunos indígenas nos anos de 2023 e 2024, sendo identificada uma preocupação linguística somente no Curso de Letras Português e Espanhol. Diante do exposto, o ensino da língua portuguesa como língua adicional torna-se essencial como uma ação glotopolítica coletiva, tanto institucional quanto interna aos cursos da graduação, já que todas as aulas, atividades e avaliações acontecem por meio dessa língua.

Palavras-chave: indígenas; língua portuguesa; glotopolítica; língua adicional.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo identificar acciones institucionales de recepción lingüística a los estudiantes indígenas brasileños hablantes de lenguas indígenas como lengua materna, en la Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Cerro Largo/RS. La investigación se desarrolla a través de un análisis documental y de una base teórica bibliográfica, tratándose de una investigación cualitativa y descriptiva. De esta manera, fueron buscados documentos como: Resoluciones, Edictos, Informes y Proyectos Pedagógicos de los Cursos, que mencionan acciones de recepción en relación con el público en cuestión. Además, el foco de la investigación es presentar la enseñanza de la lengua portuguesa como lengua adicional como acción glotopolítica, para que el aprendizaje de estos alumnos se desarrolle en condiciones de igualdad, garantizándoles la permanencia y las condiciones lingüísticas necesarias para la efectivización de los cursos elegidos por este público. Frente a eso, se constató que la Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Cerro Largo, presenta acciones de recepción propuestas por medio de resoluciones y puestas en práctica a través de los sectores y núcleos responsables, así como el *Centro de Línguas*, con la disponibilidad de cursos de lengua portuguesa como lengua adicional. Sin embargo, con todas las acciones ya existentes, aún es relatado por los estudiantes indígenas, en el *Terceiro Relatório das Atividades do Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN)*, la dificultad lingüística. Entonces, se realizó un análisis de los *Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs)*, que contaban con alumnos indígenas en los años 2023 y 2024, siendo identificada una preocupación lingüística en el *Curso de Letras Português e Espanhol*. Frente a lo expuesto, la enseñanza de la lengua portuguesa como lengua adicional se vuelve esencial como una acción glotopolítica colectiva, tanto institucional como interna a los cursos de grado, ya que todas las clases, actividades y evaluaciones ocurren por medio de esta lengua.

Palabras-clave: indígenas; lengua portuguesa; glotopolítica; lengua adicional.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	10
3 A GLOTOPOLÍTICA E A SUA IMPORTÂNCIA PARA A EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA.....	13
3.1 AS BARREIRAS LINGUÍSTICAS ENFRENTADAS PELOS ESTUDANTES INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, CAMPUS CERRO LARGO/RS.....	15
3.2 A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO LÍNGUA ADICIONAL PARA ALUNOS INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, CAMPUS CERRO LARGO/RS.....	18
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	21
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS.....	31

1 INTRODUÇÃO

A Universidade pública, como o próprio nome indica, é um espaço democrático que consequentemente acolhe todos os tipos de etnia, cor, sexo, entre outras diferenças, inclusive linguísticas, que é o nosso foco durante esta pesquisa, sob um olhar glotopolítico em relação ao público indígena presente nos cursos de graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Cerro Largo–RS.

A presença de estudantes de culturas indígenas na universidade em questão vem crescendo cada vez mais, e com isso, medidas foram criadas para acolher este público específico. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, artigo 4, onde compreende que

as pessoas que se transferem e se estabelecem no território de uma comunidade lingüística diferente da própria têm o direito e o dever de manter com ela uma relação de *integração*. A integração, entendida como uma socialização adicional destas pessoas, de forma que possam conservar suas características culturais de origem e compartilhar com a sociedade que as acolhe as referências, os valores e os comportamentos necessários para permitir um funcionamento social global sem mais dificuldades que as dos membros da comunidade receptora. (Oliveira, 2003, p. 27)

Isso é olhar o ensino da língua portuguesa como um fator importante para que ocorra a socialização adicional, como mencionado anteriormente, sem manifestar dificuldades linguísticas em um determinado ambiente. Com isso, vale ressaltar a segunda parte que compõe o artigo 4, de que

1. Esta Declaração considera, ao contrário, que a assimilação - entendida como a aculturação das pessoas na sociedade que as acolhe, de forma que substituam suas características culturais de origem pelas referências, valores e comportamentos próprios da sociedade receptora - não deve ser por motivo algum forçada ou induzida, mas sim o resultado de uma opção plenamente livre. (Oliveira, 2003, p. 27)

Nesse sentido, a língua portuguesa deve ser oferecida aos estudantes indígenas, com o intuito de ajudá-los a entenderem a língua que está sendo utilizada em outros contextos, que não seja as das comunidades indígenas a que pertencem, contribuindo para que consigam manter a convivência e a comunicação em contextos diversos, especialmente dentro da universidade, tornando-se fundamental para que compreendam e interajam durante as aulas dos cursos em que estão inseridos, e que são ministradas por meio da língua portuguesa.

Diante disso, abordar um olhar glotopolítico é fundamental para entender o porquê de refletir sobre o cenário atual em relação aos discentes indígenas e suas condições linguísticas dentro da universidade pois, segundo Lagares (2021, p.

16-17), “A justificação profunda da glotopolítica não é o alinhamento de práticas de linguagem ou práticas sociais sobre um ideal abstrato de língua ou de sociedade: é o desenvolvimento da personalidade social”, ou seja, pensar em como ocorre o desenvolvimento desses estudantes indígenas e o que é feito em termos de inclusão e acolhimento linguístico dentro da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Cerro Largo*.

Desse modo, o objetivo geral desta pesquisa foi identificar e analisar a existência de ações glotopolíticas institucionalizadas voltadas aos discentes Indígenas, com ênfase no ensino de língua portuguesa como língua adicional na graduação do *campus* em questão.

Portanto, para a realização desta pesquisa, foram analisadas as seguintes ações: A Política Linguística da Universidade Federal da Fronteira Sul¹, o Programa de Línguas (PROLIN)², juntamente com o Centro de Línguas (CELUFFS), a Monitoria Público-alvo, o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), o Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP), o Setor de Assuntos Estudantis, o Setor de Acessibilidade e os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Matemática, Ciências Biológicas (licenciatura), Engenharia Ambiental e Sanitária, Letras Português e Espanhol e Administração.

A partir desta perspectiva, a pesquisa também abordará mais profundamente este tema e autores como Lagares (2021), Guespin e Marcellesi (1986), Leffa e Irala (2014), Oliveira (2003), entre outros teóricos, que serviram de base para este estudo. Na sequência, será abordado o referencial teórico, a metodologia, a análise e discussão dos dados, as considerações finais e as referências utilizadas.

¹ A Política Linguística da Universidade Federal da Fronteira Sul é um documento institucional *multicampi*.

² O Programa de Línguas (PROLIN) é um documento institucional *multicampi*.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia adotada é do tipo qualitativa e documental, de caráter descritivo e interpretativo, a fim de apresentar uma investigação que traz reflexões sobre os desafios glotopolíticos enfrentados pelos estudantes indígenas na Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Cerro Largo, e a importância do ensino de língua portuguesa como língua adicional para esses alunos, cujo português não é a língua materna.

Segundo Junior et al. (2021, p.), a análise documental escolhida como metodologia para esta pesquisa consiste em duas etapas, sendo elas:

A análise preliminar, de acordo com o pensamento de Cellard (2008), envolve o estudo do contexto, do autor ou os autores, da autenticidade e a confiabilidade do texto, da natureza do texto, dos conceitos-chave e da lógica interna do texto. A análise propriamente dita consiste na obtenção de informações significativas que irão possibilitar a elucidação do objeto de estudo e contribuir na solução dos problemas de estudo propostos. (Junior et al., 2021, p. 38).

Essa estrutura metodológica permite uma análise crítica e criteriosa do material documental, possibilitando uma interpretação fundamentada dos fatos sociais envolvidos e uma descrição detalhada das informações encontradas. Além disso, proporciona um caminho mais direcionado para responder às questões levantadas pela pesquisa qualitativa e alcançar os objetivos delimitados.

Vale ressaltar que a pesquisa foi realizada no município de Cerro Largo, localizado no Noroeste do estado do Rio Grande do Sul. O município é marcado pela forte presença de variantes da língua alemã, também por ser uma região que faz fronteira com a Argentina, apresentando aspectos culturais e linguísticos em comum. Ademais, possui comunidades indígenas muito próximas e pelo acréscimo atual de membros indígenas provenientes de outros estados, no município. Dessa forma, a Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Cerro Largo, recebe uma vasta diversidade linguística e cultural. Por isso, justifica-se a escolha do tema sendo abordado um olhar glotopolítico para os desafios linguísticos enfrentados pelos estudantes indígenas e como a língua portuguesa poderia auxiliá-los, sendo vista como uma língua adicional, tanto no contexto universitário quanto na comunidade em geral.

Outra justificativa que contribuiu fortemente para a escolha deste assunto para a pesquisa é que sou integrante do Centro de Línguas da UFFS, *Campus* Cerro Largo, como professora bolsista de língua portuguesa como língua adicional. O

contato direto com os alunos indígenas, falantes de línguas indígenas como língua materna, no nosso *campus*, levou-me a refletir sobre as suas dificuldades com a língua portuguesa e com o próprio ensino e aprendizagem nos cursos de graduação dos quais fazem parte.

Posteriormente à escolha do tema, foram selecionadas as leituras que serviram de base para esta pesquisa e a reflexão acerca do assunto. Na sequência, juntamente com a professora orientadora, foi montado e encaminhado um e-mail institucional para o Setor de Assuntos Estudantis (SAE), da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Cerro Largo, solicitando informações sobre todos os estudantes indígenas presentes no *campus*, no intuito de saber a língua materna, os programas de auxílios socioeconômicos destinado a esse público, formas de ingresso, o curso em que se matricularam e a quantidade de alunos indígenas que já cruzaram pela universidade e quantos haviam atualmente. O e-mail foi respondido com informações sobre os programas de auxílios socioeconômicos ofertados para os discentes indígenas. Quanto às outras informações, o setor declarou não ser responsável.

Dessa maneira, optou-se por um caminho alternativo e, com a ajuda da professora orientadora, as demais informações foram obtidas por meio de um e-mail encaminhado para a Diretoria de Políticas de Graduação, *Campus* Chapecó, o qual retornou com o Terceiro Relatório das Atividades do Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN)³, incluindo a lista com as informações dos alunos com matrículas ativas em 2023 e 2024, no *Campus* de Cerro Largo, suas línguas maternas e os cursos aos quais estão matriculados.

Após conseguir o acesso às informações, que foram cruciais para essa pesquisa, foi feita uma busca pelas ações que a Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Cerro Largo, desempenha em relação ao acolhimento dos estudantes indígenas brasileiros, falantes de línguas indígenas como língua materna. A partir disso, foi procurada a Resolução nº 11/CONSUNI/UFFS/2018, que aprova a Política Linguística da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), a Resolução nº 6/CONSUNI/CPPGEC/UFFS/2019, que institui o Programa de Línguas da Universidade Federal da Fronteira Sul, a Resolução Nº

³ O Terceiro Relatório das Atividades do Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) é um documento institucional interno e *multicampi*.

31/CONSUNI/CGAE/UFFS/2021, que trata do Projeto de Monitoria Público-Alvo⁴, a Resolução nº 89/CONSUNI/UFFS/2021, que dispõe do Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas - PIN⁵, as ações do Centro de Línguas da UFFS, do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) (Resolução Nº 17/CONSC-CL/UFFS/2017), também do Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP) (Resolução nº 39/22 – CONSUNI/CGAE), da Política de Assistência Estudantil (Resolução Nº 10/CONSUNI/CGAE/UFFS/2019)⁶, do Núcleo de Acessibilidade (Resolução nº 6/2015 – CONSUNI/CGRAD)⁷ e os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Matemática, Ciências Biológicas (licenciatura), Engenharia Ambiental e Sanitária, Letras Português e Espanhol e Administração.

Com essas informações, buscou-se analisar como a Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Cerro Largo, atua institucionalmente para o acolhimento do público indígena e como os cursos, que contam com alunos indígenas matriculados, agem de maneira interna para o acolhimento, especialmente na parte linguística.

Assim, ao utilizar o método de pesquisa descritiva procurou-se “observar fatos humanos ou sociais tal qual ocorrem atentando para as variáveis que afetam esses fatos e registrando-as, para tentar confirmar ou rejeitar nossa hipótese” (Motta-Roth, 2017, p.119), com a finalidade de identificarmos se há ou não ações glotopolíticas institucionalizadas e que sejam favoráveis para os discentes indígenas brasileiros.

⁴ O Programa de Monitorias de Ensino da UFFS é um documento institucional *multicampi*.

⁵ O Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) é um documento institucional *multicampi*.

⁶ A Política de Assistência Estudantil é um documento institucional *multicampi*.

⁷ O Núcleo de Acessibilidade é um documento institucional *multicampi*.

3 A GLOTOPOLÍTICA E A SUA IMPORTÂNCIA PARA A EDUCAÇÃO LINGUÍSTICA

Inicialmente, a glotopolítica é um termo que engloba tudo aquilo que está relacionado com a linguagem, seja a linguagem vista como social, cultural ou econômica e como ela pode ser um instrumento para as estruturas políticas. Sendo assim, este termo busca explicar a linguagem não somente sob um olhar da política linguística ou de um planejamento linguístico, mas de uma dimensão política onde ações sobre a linguagem podem gerar mudanças tanto positivas quanto negativas,

por exemplo, seja sobre a fala, quando se reprime determinado uso por parte desta ou daquela pessoa; seja sobre o discurso, quando a escola torna matéria de exame a produção de determinado tipo textual - glotopolítica é necessário para englobar todos os fatos de linguagem em que a ação da sociedade reveste a forma do político. (Guespin; Marcellesi, 1986, p. 12)

Partindo deste ponto de vista, de que a ação da sociedade politicamente interfere nos fatos relacionados à linguagem, de acordo com Guespin e Marcellesi (1986 *apud* WHORF, 1956) “se línguas diferentes influenciam de maneira diferente o modo de pensar de seus falantes, conforme a hipótese levantada, o fato de alguém se tornar falante de uma língua diferente deveria mudar o modo como pensa”, é possível refletir sobre como ocorre essa mudança cultural, social e política do indivíduo a partir do momento em que se aprende uma língua adicional, abrindo espaço para visões e pensamentos diferentes. Por isso, para Guespin e Marcellesi (1986, p. 15), “é necessário recolocar o indivíduo na sociedade, fazê-lo aparecer como um ser social”.

Em vista disso, a glotopolítica vai reforçar a ideia de que a educação linguística é um caminho para se ter uma criticidade em como a língua pode servir como uma ponte para o conhecimento, mas que também pode ser alvo de preconceitos linguísticos. Por esse motivo, ações glotopolíticas servem para mostrar que a educação linguística pode ser um meio para estabelecer práticas mais acolhedoras e inclusivas.

Dessa forma, há o termo política linguística e a glotopolítica, e existe um embate entre ambas, além de diferenças, já que ambas tratam de processos linguísticos e políticos. A glotopolítica, segundo Del Valle (2021, p. 14), “parte de un concepto amplio de lo político en tanto que se puede manifestar en múltiples zonas y momentos de la experiencia humana”, ou seja, o político não se limita apenas a

espaços formais, mas se manifesta em diferentes momentos e áreas da vida, seja na cultura, na linguagem, nas relações sociais, entre outros.

Por sua vez, justifica-se a escolha do termo “*glotopolítica*” ao invés de “*política linguística*”, pois

O conceito de política linguística é complexo e polissêmico. A heterogeneidade deste campo de saber varia entre os seus alvos e níveis de intervenção, além de sua relação com o planejamento linguístico, em que este ora é tido como mera aplicação da política linguística, ora é tido como o seu coração, gerando um desequilíbrio entre as prioridades teórico-metodológicas adotadas. (Severo, 2013, p. 453)

Trata-se, portanto, de um enfoque voltado para as ações formais e institucionais sobre as línguas, diferentemente do termo “*glotopolítica*”, onde o foco está em como as estruturas de poder exercem influência sobre a linguagem. Opta-se por esta noção, por considerar um enfoque crítico sobre as relações estabelecidas na sociedade entre política, poder e linguagem.

Conforme Lagares (2021, p. 57), “a língua passa a ser abordada como construto social e discursivo, objeto de polêmicas e cujo controle faz parte de diversas lutas de poder”. Com isso, pode-se refletir sobre como as estruturas linguísticas são disputadas e como a política tem participação nessas disputas, pois tudo que envolve poder é revestido pela ideia do político e no meio está o social e o cultural, porque está diretamente ligado à língua.

Também, Galli e Lagares (2024, p. 7) afirmam que,

A questão da mudança linguística adquire, então, uma dimensão fundamental, em sua relação com a mudança social, considerando que não há, propriamente, uma relação de determinação entre ambas. Isto é, não se trata de que uma mudança social concreta provoque, imediatamente, uma mudança linguística, nem o contrário, que uma alteração nos usos linguísticos seja o germe de uma transformação social determinada, mas de tentar entender a complexa relação que se dá entre as práticas de linguagem e as mais diversas práticas sociais. Essa perspectiva, enfim, se baseia na compreensão de que o uso da linguagem é, em si mesmo, indissociável da realidade social concreta. (Galli; Lagares, 2024, p. 7)

Assim, ao fazer essa relação de que o uso da linguagem está interligada com a realidade social concreta é possível notar a complexidade do assunto e a vasta dimensão que é o termo *glotopolítica*, pois as práticas de linguagem que é como escrevemos, como falamos, etc., estão interligadas com as práticas sociais refletindo na maneira como agimos, convivemos, estamos no mundo.

Sob essa perspectiva, podemos refletir sobre como as práticas de linguagem interferem diretamente nas práticas sociais. Por essa razão, as estruturas de poder

buscam influenciar o uso de determinada linguagem, justamente para também intervir nas relações sociais.

Ainda de acordo com Galli e Lagares (2024, p. 7)

Outra consequência da adoção da perspectiva glotopolítica é a reflexão sobre o processo de diferenciação linguística, enquanto realidade histórica determinada pelo contexto social, como intervenção política que cria línguas e variedades, assim como identidades comunitárias sobre bases linguísticas. (Galli; Lagares, 2024, p. 7)

Com isso, nota-se o processo de diferenciação linguística, ou seja, a língua al menos vista como um processo histórico, social, cultural e político e não como natural, como algo que simplesmente surgiu com o passar dos anos. Por isso, a glotopolítica é um estudo que busca refletir sobre essas estruturas de poder e as suas influências sobre a linguagem e, conseqüentemente, como a linguagem vai se moldando a partir dessas relações.

Del Valle ainda afirma que a glotopolítica “aborda fenómenos sociales cuyo perfil se explica, al menos parcialmente, por la acción simultánea e inseparable de lenguaje y política” (2021 *apud* Arnoux, 2014). Isso significa que os fenômenos sociais só podem ser compreendidos se o olhar estiver direcionado de uma forma conjunta para a linguagem e a política.

Portanto, buscou-se adotar um olhar glotopolítico em relação às barreiras linguísticas enfrentadas pelos estudantes indígenas brasileiros, falantes de línguas indígenas como língua materna, que estão matriculados na Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Cerro Largo/RS*.

3.1 AS BARREIRAS LINGUÍSTICAS ENFRENTADAS PELOS ESTUDANTES INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, *CAMPUS CERRO LARGO/RS*

As dificuldades que se referem às interações dos alunos indígenas brasileiros, falantes de línguas indígenas como língua materna, em relação às aulas, professores e colegas não indígenas se dá, entre outras questões, a partir do momento em que há uma barreira na comunicação e um obstáculo em se adaptar ao contexto acadêmico, não se sentindo pertencente deste lugar, onde o funcionamento é muito distinto do de suas comunidades.

De acordo com a contextualização da Resolução nº 11/CONSUNI/UFFS/2018, que aprova a Política Linguística da UFFS,

Para atender a toda a região de abrangência, a UFFS é constituída por seis campi, sendo cinco deles situados na faixa de fronteira com a Argentina. A região é caracterizada pela diversidade cultural e linguística, em virtude do contato da língua portuguesa com as línguas dos povos originários, nomeadamente Guaraní e Kaingang, dos imigrantes europeus e, mais recentemente, dos haitianos, senegaleses e outros imigrantes da América Latina, além do contato permanente com os vizinhos argentinos. A preservação dessas raízes culturais, ameaçadas pela inexistência de políticas públicas que as reconheçam e as valorizem, coloca à universidade o desafio de promover atividades linguísticas e culturais que cubram essa lacuna. Parte-se do pressuposto de que a valorização de suas raízes fortalece a identidade dos jovens e contribui para que eles permaneçam na região, diminuindo o êxodo rural que já se constitui em um problema econômico, sobretudo para os pequenos agricultores familiares. (Universidade Federal da Fronteira Sul, p. 3)

Assim, percebe-se que a Universidade Federal da Fronteira Sul demonstra uma preocupação em atender a toda a região de abrangência, por meio dos *campi* da UFFS, e a ampla diversidade em relação ao público, independente de suas características, sejam elas culturais, linguísticas ou físicas.

Já o NEABI, proposto pela Resolução Nº 17/CONSC-CL/UFFS/2017, mostra que

Tem como objetivo geral realizar atividades de ensino, pesquisa e extensão geradoras de debates sobre as relações étnico-raciais, com foco especial em populações africanas, afrodescendentes e indígenas, a fim de produzir conhecimentos e estimular práticas e atitudes que combatam o preconceito étnico-racial e a invisibilidade destas populações nos espaços públicos e institucionais. (Universidade Federal da Fronteira Sul, p. 2)

Pode-se entender que o NEABI tem um papel relevante para o acolhimento das populações africanas, afrodescendentes e indígenas, que é o público em questão, valorizando a diversidade cultural e promovendo debates, com o objetivo de combater o racismo e o preconceito, democratizando as informações e produzindo o conhecimento sobre as culturas, costumes e crenças, especificamente dessas populações.

Soma-se a isso, de acordo com o Art.16, da Resolução Nº 31/CONSUNI/CGAE/UFFS/2021, Subseção II, da organização dos projetos por público-alvo, que estabelece, que

Art. 16. Em conformidade com os princípios da inclusão e da diversidade e com as políticas de ingresso e permanência da UFFS, os projetos de monitoria de ensino por público-alvo destinam-se a oferecer apoio didático-pedagógico a grupos específicos de estudantes, com o objetivo de produzir as condições cognitivas, instrumentais e contextuais necessárias para sua inserção acadêmica e/ou sua permanência com êxito na

universidade, sem exigência de vinculação direta com componente(s) curricular(es) específico(s). (Universidade Federal da Fronteira Sul, p. 6)

Destacam-se as ações dessa monitoria que está aliada com as políticas de ingresso e permanência da UFFS, para que estudantes, como os discentes indígenas, possam receber um apoio pedagógico adicional para complementar a sua formação acadêmica, caso seja necessário.

Também em relação à permanência dos alunos indígenas no âmbito acadêmico, adicionam-se os auxílios socioeconômicos que são estabelecidos por meio do Setor de Assuntos Estudantis, que além desse serviço também oferta atendimento psicológico, social e/ou pedagógico; recepção e acolhimento aos discentes ingressantes; atendimentos individuais e coletivos; esporte, lazer, cultura e arte; promoção de saúde ao estudante e Programa Bolsa Permanência.

Este último é voltado especialmente aos estudantes indígenas e quilombolas, desde maio de 2016, e está vinculado ao Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN), através da Resolução nº 89/CONSUNI/UFFS/2021. De acordo com o Artigo 15, vale pontuar que “o Programa de que trata esta Resolução será avaliado pelo CONSUNI a cada 3 (três) anos, mediante relatório encaminhado pelo órgão responsável pela sua execução, embasado nas avaliações das Comissões Locais e Comissão Geral”. Dessa forma, buscou-se analisar o Terceiro Relatório das Atividades do Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas – PIN, datado de 2023, onde consta que

Quando questionados sobre o desempenho acadêmico, os estudantes destacam alguns fatores que interferem negativamente, dentre eles estão: dificuldade com algumas disciplinas específicas; timidez/vergonha; dificuldade em se expressar em público; conciliar estudo e trabalho/emprego; linguagem/comunicação; pandemia de Covid-19; conciliar estudo e maternidade. (Terceiro Relatório das Atividades do Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas – PIN, 2023-1, p. 16)

Nota-se, portanto, que entre as dificuldades listadas estão a de se expressar em público e em relação à linguagem/comunicação, e que apesar das medidas já existentes e com o objetivo de buscar a inclusão, acolhimento e a permanência do público indígena na referida Universidade, ainda há relatos de dificuldades linguísticas.

Ademais, o preconceito enraizado na sociedade é um fator que também intervém negativamente quando se trata da aprendizagem dos alunos indígenas, pois “para a comunidade local os indígenas não têm a mesma capacidade intelectual que os não indígenas” (AFE de Deus, 2023, p. 67), levando a atitudes

preconceituosas que podem impactar a vida desses indivíduos de forma irreparável. Sendo assim, ações glotopolíticas ajudam a desfazer essas concepções arcaicas e discriminatórias sobre os povos indígenas, fazendo com que a sociedade seja mais acolhedora e menos excludente.

Com base nisso, deve-se levar em consideração a ideia do ensino da língua portuguesa como língua adicional, que será abordada na seção seguinte, com a intenção de demonstrar a importância dessa ferramenta adicional para o desenvolvimento dos alunos indígenas na Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Cerro Largo*.

3.2 A IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA COMO LÍNGUA ADICIONAL PARA ALUNOS INDÍGENAS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL, *CAMPUS CERRO LARGO/RS*

Consoante apresentado na seção anterior em relação aos obstáculos enfrentados linguisticamente pelos estudantes indígenas no *Campus* de Cerro Largo, a Política Linguística estabelecida pela Universidade Federal da Fronteira Sul, através da Resolução nº 11/CONSUNI/UFFS/2018, estabelece, no terceiro item das diretrizes, a “democratização do acesso à aprendizagem de línguas, tanto da comunidade acadêmica quanto regional à UFFS” (UFFS, p. 4).

Para isso, um dos objetivos apresentados é a “organização de debates e espaços de formação dos docentes da UFFS para elaboração de estratégias de ensino direcionadas aos estudantes cuja língua materna não é o português” (UFFS, 2018, p. 5), que pode-se aplicar em relação aos discentes indígenas presentes no *Campus*.

A partir disso, observa-se que há uma preocupação em relação ao desenvolvimento destes alunos no espaço acadêmico e que também é proposto pela Resolução Nº 11/CONSUNI/UFFS/2018 (2018, p. 5) a “oferta de cursos livres de PLE/PLA⁸ para a comunidade”, o qual a implementação é coordenada pelo Programa de Língua (PROLIN), que está encarregado dos projetos e das ações desenvolvidas no espaço acadêmico, por meio do Centro de Línguas (CELUFFS).

Diante disso, é importante destacar, minimamente, a definição do termo “língua adicional” proposta por Leffa e Irala (2014, p. 33). Para os autores,

⁸ PLE/PLA Refere-se à português como língua estrangeira e português como língua adicional.

O fato de a língua adicional pressupor no mínimo a existência de outra língua, falada pelo aluno – sobre a qual constrói numa relação que envolve aspectos sistêmicos, de prática social e de constituição de sujeito – gera implicações teóricas e práticas. Nesse caso, nenhum desses aspectos desenvolve-se a partir da própria língua, como pode acontecer, por exemplo, com a aquisição da língua materna. A língua adicional é construída a partir da língua ou das línguas que o aluno já conhece. (Leffa; Irala, 2014, p. 33)

Ou seja, a aquisição da língua adicional se dá a partir dos conhecimentos prévios dos alunos sobre a língua que ele já conhece, e que a língua aprendida servirá como uma ferramenta adicional para que possam utilizá-la fora de suas comunidades. Nesse caso, é importante ressaltar que não é uma forma de abandonar suas línguas nativas, mas sim de se apropriar de uma outra língua como forma de ampliar seus conhecimentos.

De acordo com Leffa e Irala (2014, p. 26-27),

Ver língua e aprendizagem da perspectiva freireana traz a vantagem da unificação entre as duas; não só unindo o que deve ser unido, mas também separando o que deve ser separado. A diferença entre alguns conceitos, como, por exemplo, entre poder e saber, é muitas vezes extremamente tênue, e podemos confundi-los facilmente, atribuindo erroneamente saber a quem tem apenas poder, deixando de separá-los. Outras vezes, vemos como diferente o que é essencialmente igual, como o direito de acesso ao domínio de outra língua, acreditando, por exemplo, que é um desperdício ensinar inglês para o aluno com menores condições socioeconômicas, etc. (Leffa; Irala, 2014, p. 26-27)

Tal afirmação demonstra a ideia do ensino de língua portuguesa como um instrumento extra, vista como língua adicional, para que a língua e a aprendizagem no contexto acadêmico aconteçam juntas, ou seja, de forma inseparável, já que os estudantes indígenas estão imersos no ambiente onde a língua portuguesa está em uso. Além disso, esses estudantes também têm o direito de acessar esse conhecimento linguístico, sobretudo por serem cidadãos indígenas brasileiros.

Considerando esse aspecto, a língua portuguesa entra como um instrumento de acesso para esse novo espaço onde os estudantes indígenas com suas línguas nativas enfrentam dificuldades linguísticas para se desenvolverem plenamente. Por essa razão, o ensino do português a esse público ampliaria suas oportunidades, somando-se aos seus conhecimentos e permitindo que transitem por diferentes espaços sociais sem que as barreiras linguísticas sejam um mecanismo de segregação.

Vale destacar os direitos linguísticos propostos por Hamel (1995, p. 16). Para o autor,

los derechos lingüísticos son vistos como parte del desarrollo de la protección internacional de las minorías, se considera que requieren de dos componentes para su ejercicio eficaz:

1. El principio de igualdad en el trato de miembros de las minorías y de las mayorías; y la igualdad formal de las comunidades lingüísticas.
2. La adopción de medidas especiales para garantizar el mantenimiento de las características específicas del grupo. (Hamel, 1995, p. 16)

Essa perspectiva reforça a ideia de que é um direito dos alunos indígenas poder escolher onde e quando usar suas línguas indígenas, assim como decidir livremente a respeito de aprender ou não a língua portuguesa como língua adicional, de forma que suas escolhas culturais e identitárias sejam respeitadas e acolhidas com igualdade.

Essa discussão nos leva à reflexão de Guespin e Marcellesi (1986, p. 22) de que “por muito tempo, as atitudes políticas consistiram ou em praticar o que se chamou de jacobinismo linguístico⁹, ou em estimular a folclorização da língua minorizada”, ou seja, sendo atribuída uma desvalorização a essas línguas, como por exemplo, as línguas indígenas, conforme apontado, que historicamente foram folclorizadas e que com a evolução das políticas linguísticas, hoje, se tem direitos linguísticos mais favoráveis, como estabelecido no Artigo 13, por Oliveira (2003, p. 30)

Toda pessoa tem direito ao poliglotismo e a conhecer e usar a língua mais adequada para seu desenvolvimento pessoal ou para sua mobilidade social, sem prejuízo das garantias estabelecidas nesta Declaração para o uso público da língua própria do território. (Oliveira, 2003, p. 30)

Nesse sentido, a língua portuguesa é oferecida como opção, no intuito de ajudá-los no seu desenvolvimento pessoal e acadêmico, ou seja, é vista como uma língua adicional que não só auxilia em relação aos cursos de graduação aos quais estão matriculados, mas também, para essa convivência numa comunidade de língua portuguesa, como, por exemplo, ir até ao mercado, o posto de saúde, entre outros lugares onde o português é o idioma utilizado.

Logo, com base nessas informações, na próxima seção apresenta-se a análise e discussão dos dados obtidos durante esta pesquisa, sobre essas barreiras linguísticas enfrentadas pelos discentes indígenas, falantes de línguas indígenas como língua materna, presentes na UFFS, *Campus* Cerro Largo, e como o ensino da língua portuguesa como língua adicional pode ajudá-los, sendo adotado um olhar glotopolítico.

⁹ De acordo com Celso Cunha, 1986, “jacobinismo linguístico é o conceito de língua própria”.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A presente seção busca apresentar e discutir os dados coletados durante a pesquisa, sendo articulados com a base teórica referida anteriormente. A análise procurou identificar ações institucionalizadas favoráveis voltadas para o público indígena, presente na Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Cerro Largo/RS, no que concerne às barreiras linguísticas enfrentadas por esses estudantes, cuja língua materna não é o português, e como a oferta da língua portuguesa como língua adicional pode-se manifestar como uma ação glotopolítica.

Para esse propósito, realizou-se a análise dos seguintes documentos: Política de Assistência Estudantil (Resolução Nº 10/CONSUNI/CGAE/UFFS/2019), Monitoria Público-Alvo (Resolução Nº 31/CONSUNI CGAE/UFFS/2021), Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) (Resolução Nº 17/CONSC-CL/UFFS/2017), Política Linguística da Universidade Federal da Fronteira Sul (Resolução Nº 11/CONSUNI/UFFS/2018), Programa de Línguas (PROLIN) (Resolução Nº 6/CONSUNI/CPPGEC/UFFS/2019), Centro de Línguas (CELUFFS), Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs): Matemática, Ciências Biológicas (licenciatura), Engenharia Ambiental e Sanitária, Letras Português e Espanhol e Administração, e o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas - PIN (Resolução Nº 89/CONSUNI/UFFS/2021), que também inclui a análise do Terceiro Relatório das Atividades do Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN).

Através da análise da Resolução nº 11/CONSUNI/UFFS/2018, que aprova a Política Linguística da Universidade Federal da Fronteira Sul, pôde-se constatar que existe uma atenção voltada para as questões linguísticas dos acadêmicos indígenas, falantes de línguas indígenas como língua materna, no momento em que uma das ações prioritárias presentes na Resolução nº 11/CONSUNI/UFFS/2018 (2018, p. 5) é a “oferta de componentes curriculares PLE/PLA nos cursos de Letras e a oferta de cursos livres de PLE/PLA para a comunidade”. Dessa maneira, a oferta de cursos livres de Português como Língua Adicional acontece por meio do Centro de Línguas da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Cerro Largo (CELUFFS), atuando por intermédio do Programa de Línguas (PROLIN), proposto pela Resolução nº 6/CONSUNI CPPGEC/UFFS/2019, contribuindo para que o público indígena aprenda a língua portuguesa como língua adicional, com a perspectiva de que

A adição de outra língua às línguas que o aluno já possui deve – idealmente – gerar uma convivência pacífica entre elas, sem atritos, pelo fato de que, em geral, atendem a objetivos diferentes. A língua adicional, por exemplo, poderá ser a língua do trabalho (receber hóspedes em um hotel, traduzir manuais, atender os clientes em um call center), do estudo (ler textos, preparar abstracts, pesquisar na internet) ou do lazer (cantar as músicas preferidas, jogar no tablet, ler um romance lançado no exterior). Funciona numa espécie de distribuição complementar com a língua materna, que será (ou não), preferencialmente usada em outros contextos (na vida familiar, com os amigos, nos serviços públicos). (Leffa; Irala, 2014, p. 34-35)

Ou seja, quando os alunos ingressam na Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus Cerro Largo*, acabam se deparando com a dificuldade em compreender e se comunicar em português, gerando uma desigualdade na aprendizagem em comparação com os demais colegas não indígenas, falantes da língua portuguesa como língua materna, pois a língua em uso na UFFS, em geral, é a língua portuguesa. Sendo assim, torna-se um desafio linguístico que acaba comprometendo o desenvolvimento acadêmico desse público, e por isso, o ensino da língua portuguesa é uma ação glotopolítica, pois Lagares (2021) ao mencionar as contribuições de Del Valle (2014), o qual indica duas propriedades centrais para uma análise glotopolítica, compreende que

Uma delas é a *indicialidade*, que tem a ver com a capacidade de “assinalar elementos do contexto da enunciação, indicar identidades sociais e construir relações entre os interlocutores” (Del Valle, 2014, p. 93). Essa capacidade performativa da linguagem a caracteriza como uma prática social, que inexiste para além das situações concretas em que se manifesta e que, por delimitar relações e evidenciar desigualdades, tem uma clara dimensão política. Outra propriedade que o autor considera fundamental é a *normatividade*, dado que toda enunciação existe num contexto de normas sociais, que orientam a prática linguística e conectam “inexoravelmente linguagem e metalinguagem” (Del Valle, 2014, p. 93; Lagares, 2021, p. 60-61)

Essa observação permite compreender que a linguagem é uma prática social e que toda prática social carrega diferentes contextos de exclusão e desigualdades, inclusive linguística, entre uma determinada comunidade e outra. Sendo assim, fica visível as relações de poder sobre a linguagem e como as normas sociais participam ativamente para definir o que é “certo” e o que é “errado”, sobre as práticas linguísticas.

Além disso, quando pensa-se no contexto universitário público, onde alunos indígenas brasileiros, falantes de línguas indígenas como língua materna, chegam até os cursos de graduação, onde grande parte das aulas são ministradas pelos docentes em língua portuguesa, muitos desses alunos não possuem a base do

português, ou se aprenderam, aprenderam superficialmente, acarretando em uma barreira linguística que desmotiva-os a permanecerem nos cursos, porque enquanto os demais alunos não indígenas evoluem, os alunos indígenas que demonstram essa dificuldade com a língua portuguesa, tornam-se repetentes nas disciplinas ou resultando na desistência da formação acadêmica. Logo, a preocupação com esse público, em termos linguísticos, torna-se imprescindível, pois está obstruindo o desenvolvimento desses discentes.

Dessa forma, uma das ações que contribuem para a recepção do público indígena no espaço acadêmico, do *Campus* Cerro Largo, é o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), proposto pela Resolução Nº 17/CONSC-CL/UFFS/2017, que auxilia no acolhimento de estudantes africanos, afrodescendentes e indígenas, promovendo as rodas de conversas e debates, com a finalidade de valorizar e promover o conhecimento sobre as culturas e costumes dessas populações, combatendo o racismo e preconceito.

Também intervém positivamente, a Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal da Fronteira Sul, por meio da Resolução nº 10/CONSUNI/CGAE/UFFS/2019, onde demonstra uma preocupação com a permanência dos alunos indígenas ao ser disponibilizado o apoio social, psicológico e pedagógico e/ou psicossocial, onde auxilia, através dos seguintes programas: Programa de Auxílios Socioeconômicos, Programa de Alimentação e Nutrição, Programa de Acompanhamento Pedagógico e/ou Psicossocial, Programa de Ações Afirmativas, Programa de Apoio a Eventos Acadêmicos, Programa de Esporte e Lazer, Programa de Cultura e Arte, Programa de Promoção à Saúde e o Programa de Moradia Estudantil. Tais programas são extremamente importantes para que o público em questão consiga permanecer na Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Cerro Largo. Contudo, no Terceiro Relatório das Atividades do Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN), os estudantes relataram que uma das dificuldades enfrentadas é em relação à linguagem e comunicação, que é a discussão central desta pesquisa.

Ademais, na Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Cerro Largo, além do trabalho desenvolvido pelo Setor de Assistência Estudantil, a Universidade conta com o apoio de monitorias, instituídas pela Resolução Nº 31/CONSUNI CGAE/UFFS/2021, bem como a Monitoria Público-Alvo. No Edital nº 12/PROGRAD/UFFS/2024,

Entende-se por grupos específicos aqueles formados por estudantes ingressantes por meio de processos seletivos especiais (PIN, PRÓ-IMIGRANTE e outros similares) e/ou por processos de seleção regular que apresentam dificuldades de aprendizagem em uma ou mais áreas do conhecimento, identificados por docentes, colegiados de curso, setores de apoio pedagógico, pelo próprio estudante e/ou encaminhados por comissões de acompanhamento do respectivo *campus*. (Universidade Federal da Fronteira Sul, p. 3)

Isso sugere que a Monitoria Público-Alvo auxilia nas dificuldades de aprendizagem em uma ou mais áreas do conhecimento, contribuindo significativamente para o desenvolvimento do público-alvo. No entanto, não foi evidenciada a dificuldade linguística apresentada por parte dos estudantes indígenas ou imigrantes e sim com um foco voltado para o currículo e assuntos específicos das áreas do conhecimento, o que torna-se um desafio também para a monitoria, pois novamente o veículo de comunicação será por meio da língua portuguesa.

Nesse sentido, o Programa de Línguas, estabelecido pela Resolução nº 6/CONSUNI/CPPGEC/UFFS/2019, atua por meio do Centro de Línguas da UFFS, onde é oferecido cursos de língua portuguesa como língua adicional, sendo um voltado especialmente para o público indígena, do *Campus* Cerro Largo, contribuindo para o desenvolvimento linguístico e social desses alunos, nesse novo ambiente em que estão inseridos, pois como explica Leffa e Irala (2014, p. 33) “é o caso do termo ‘para fins específicos’, muito comumente associado ao ensino de línguas”, que seria a língua utilizada somente para fins específicos, por exemplo, como ir até ao mercado, fazer uma pergunta durante a aula da graduação, entre outras situações em que necessitem fazer uso da língua portuguesa.

Ademais, foram analisados os Projetos Pedagógicos de cinco Cursos, da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Cerro Largo, sendo elaborada uma tabela que representa as matrículas ativas de discentes indígenas e seus respectivos cursos. Nesta tabela foi realizado um recorte temporal dentro dos anos de 2023 e 2024, totalizando 17 alunos indígenas.

Tabela 1 - Cursos que possuem estudantes indígenas com matrículas ativas em 2023 – 2024, UFFS, *Campus* Cerro Largo/RS.

Curso	Número de alunos
Matemática	1
Ciências Biológicas (Licenciatura)	3
Administração	4
Engenharia Ambiental e Sanitária	3
Letras Português e Espanhol	6

Fonte: Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN)

Vale ressaltar que os Projetos Pedagógicos dos Cursos atendiam e alguns ainda atendem aos ingressos dos seguintes anos: Administração (a partir de 2023), Matemática (2022), Letras Português e Espanhol (a partir de 2019), Engenharia Ambiental e Sanitária (a partir de 2023) e Ciências Biológicas (Licenciatura) (um a partir de 2018 e outro a partir de 2024).

A intenção, por trás da análise desses Projetos Pedagógicos dos Cursos, foi identificar se havia uma preocupação, em termos linguísticos, com os alunos indígenas dentro dos cursos da graduação. Como foi constatado que há um acolhimento e recepção institucional, especialmente, voltado aos discentes indígenas falantes de línguas indígenas como língua materna, ao serem analisados os Projetos Pedagógicos dos Cursos, foi observado que os documentos apresentavam partes em comum direcionados ao público indígena, como por exemplo, a forma de ingresso pelo processo seletivo especial, por meio do Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN), o Programa de Monitorias, o atendimento individualizado sob agendamento prévio com os discentes, a expedição da Portaria das Cotas da UFFS, de 2012, a importância da abordagem étnico-racial em alguns componentes curriculares e as ações no Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP).

Este último, contribui com as orientações e formações para os docentes, mas além de todas as ações citadas, somente o Projeto Pedagógico do Curso de Letras Português e Espanhol menciona em um de seus objetivos as questões linguísticas do público indígena, buscando

promover a afirmação das identidades étnicas, a recuperação da memória histórica e a valorização das línguas e conhecimentos por meio da produção, distribuição e difusão de materiais didáticos e paradidáticos específicos contextualizados, considerando as questões linguísticas e culturais. (Universidade Federal da Fronteira Sul, p. 96)

Isto é, levando em consideração as questões linguísticas e culturais desses alunos indígenas, para poder atender e entender o processo de aprendizagem, buscando melhorar e oferecer materiais didáticos contextualizados que proporcionem essa valorização das línguas.

Com relação aos demais Projetos Pedagógicos dos Cursos analisados, não foram identificadas considerações em relação às questões linguísticas dos discentes indígenas, o que torna-se preocupante, pois além das ações institucionais que já

existem e que estão sendo postas em prática, o Terceiro Relatório das Atividades do Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas pontuou a dificuldade em relação à “linguagem” e à comunicação, conduzindo uma percepção de que a dificuldade é em relação à língua portuguesa.

Nessa continuidade lógica, compreende-se que ao adotarem ações linguísticas favoráveis internamente aos cursos da graduação, reforçaria a aprendizagem aos alunos indígenas falantes de línguas indígenas como língua materna, em língua portuguesa como língua adicional, e reduziria as dificuldades citadas por esses alunos no Relatório do Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas, tornando-se um trabalho coletivo e significativo para esse público, pois como Idiazabal e Dolz (2013, p. 22),

Cuanto mejores niveles de aprendizaje se consigan en ésta mayores beneficios cognitivos y académicos obtendrán los escolares que lo logren (Cummins, 1979/1983). Naturalmente, el objetivo es lograr personas bilingües, porque el bilingüismo no es un problema sino todo lo contrario. Es la mejor capacitación para afrontar los retos de la diversidad y evitar el empobrecimiento que genera la tendencia generalizada hacia la homogeneización lingüística, cultural y de todo tipo. (Idiazabal; Dolz, 2013, p. 22)

De acordo com essa citação, podemos entender o contexto do bi/plurilinguismo e como é um fator importante e considerável para a valorização da diversidade cultural e linguística presente na Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Cerro Largo, já que um dos objetivos específicos constatado na Resolução que aprova a Política Linguística da UFFS (2018, p. 5) o de “promover o ambiente plurilinguístico e multicultural em cada *campus*”, onde a língua em uso é a língua portuguesa, mas que também seja um espaço onde as demais línguas e culturas possam ser reconhecidas, incentivadas e apoiadas, servindo como fontes de conhecimentos plurais e também como uma condição para que os estudantes indígenas tenham acesso às mesmas oportunidades de aprendizagens.

Adicionalmente, uma das competências da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PROAE), proposta pelo Artigo 116, da Resolução Nº 10/CONSUNI/CGAE/UFFS/2019 (2019, p. 29) da Política de Permanência, é “II - instituir e executar a Política de Permanência, com a finalidade de ampliar as condições de integração e permanência, promovendo igualdade de condições para o estudante concluir seu curso de graduação”. Ou seja, assegurar a igualdade de condições para que o aluno consiga efetivar o curso escolhido, pois como afirma

Ames (2023, p. 61), no livro intitulado “Os 10 Anos do Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas - PIN da UFFS: Itinerários Percorridos”:

Se não nos trabalharmos como comunidade humana, que inclui os diferentes, acabamos expulsando-os, por mais que se tenham ações inovadoras, pois o preconceito está diluído entre nós. Quando menos esperamos, somos surpreendidos por alguma reação estereotipada ou discriminatória. Por isso não basta constar na lei a iniciativa de inclusão; nem constar no currículo como temas transversais. É preciso ter a consciência humana bem eticizada. (Ames, 2023, p. 61)

Isso reforça a importância da reflexão sobre ações glotopolíticas que favoreçam o público indígena de forma efetiva, pois a inclusão acontece na prática e precisa de uma atenção voltada para as questões linguísticas, porque o fator linguístico também é um fator de exclusão na sociedade, pois “falar da língua é falar de política” (Bagnó, 1999, p. 66). Ou seja, quando um grupo é mais favorecido que o outro, há claramente estruturas de poder que estabelecem isso na sociedade. Pode-se realizar uma comparação em como alunos não indígenas estão em uma posição de vantagem linguística, dentro dos cursos, em comparação aos alunos indígenas falantes de línguas indígenas como língua materna, que não dominam a língua portuguesa, gerando uma disparidade de aprendizagem entre ambos.

Diante disso, em relação ao público indígena, uma das formas de promover a igualdade às condições de aprendizagem, seria através de uma colaboração coletiva para o ensino da língua portuguesa como língua adicional. Assim, essa aprendizagem da língua não ficaria limitada a algumas horas de curso de língua portuguesa como língua adicional e, sim, diariamente, tornando-se também uma prática dentro dos cursos da graduação, além de todo o suporte institucional que já existe.

Portanto, é fundamental refletir sobre as barreiras linguísticas que os estudantes indígenas, falantes de línguas indígenas como língua materna, enfrentam ao ingressarem na Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Cerro Largo, e também sobre ações glotopolíticas que contribuam para que a aprendizagem ocorra de forma igualitária tanto para os alunos indígenas quanto para os não indígenas, garantindo-lhes o ingresso, o acolhimento, a permanência e as condições linguísticas para a efetivação dos cursos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de considerações finais sobre os dados discutidos na seção anterior, os resultados encontrados abrem caminhos para novas discussões sobre o ensino da língua portuguesa como língua adicional ser uma estratégia para que os alunos indígenas, que possuem línguas indígenas como língua materna, consigam diminuir as suas dificuldades linguísticas durante os cursos. A sugestão de que o ensino da língua portuguesa como língua adicional, para o público em questão, seja uma ação glotopolítica onde ocorra a participação coletiva tanto no âmbito da instituição quanto internamente, como ação nos cursos da graduação. Vale salientar que as ações institucionais que já existem, contribuem significativamente, mas se ainda há relatos de dificuldades linguísticas por parte dos discentes indígenas, é porque essa atenção linguística precisa ser ampliada.

É crucial refletir sobre o cenário linguístico atual da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Cerro Largo, no que diz respeito ao que já vem sendo realizado para acolher o público indígena falante de línguas indígenas como língua materna e em ações glotopolíticas que podem vir a contribuir para o avanço da aprendizagem desses alunos ao longo de seus cursos, reduzindo suas dificuldades linguísticas e contribuindo para a permanência desses alunos na universidade, reduzindo a evasão desse público, que muitas vezes optam pela desistência, por não compreenderem as aulas ministradas em língua portuguesa.

Ademais, a pesquisa considera as ações realizadas pelo Núcleo de Apoio Pedagógico que auxilia o corpo docente com formações continuadas. Também somam-se a essas, ações realizadas pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) que contribuem para a valorização da diversidade cultural e a diminuição do preconceito e do racismo, através de reuniões e rodas de conversas, do mesmo modo que a Monitoria Público-Alvo e suas contribuições pedagógicas para as dificuldades com os conteúdos em relação às especificidades dos cursos. Da mesma forma, a Política de Permanência, a Política Linguística e o Programa de Línguas, que somam com ações para que os estudantes tenham condições de concluir seus cursos através de setores que exercem essas funções, como o Setor de Assuntos Estudantis, o Setor de Acessibilidade e o Centro de Línguas da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Cerro Largo.

No entanto, cabe destacar que, para além das ações institucionais já existentes, também deveria ser ampliada as questões linguística para com esses estudantes nos cursos da graduação, pois com a análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos que possuem alunos indígenas, foi identificada preocupação linguística com esse público, somente no Projeto Pedagógico do Curso de Letras Português e Espanhol. Nos demais PPCs, como o de Ciências Biológicas (Licenciatura), Matemática, Administração e Engenharia Ambiental e Sanitária, mencionam ações de inclusão, acolhimento e apoio pedagógico em relação às especificidades do currículo, mas não é mencionado o fator linguístico, que é uma das dificuldades relatadas pelos estudantes indígenas no Terceiro Relatório das Atividades do Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas.

Sendo assim, a análise realizada confirma que reflexões em relação às ações glotopolíticas são relevantes e que podem contribuir para um ambiente mais acolhedor e igualitário em termos de desenvolvimento de aprendizagem por meio de práticas sociais que podem fazer a diferença na luta contra as desigualdades que estruturas de poder estabelecem sobre a linguagem. Ademais, ao abordar o ensino de língua portuguesa como língua adicional para o público indígena falante de línguas indígenas como língua materna, apoiando o bi/plurilinguismo dentro da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Cerro Largo, realiza-se uma ação fundamental tanto por parte da instituição quanto para o público beneficiado, sendo um avanço crucial na educação.

Considerando o contexto, além de incluir essa consideração linguística nos Projetos Pedagógicos dos Cursos, também seria útil um Componente Curricular Obrigatório voltado para o ensino de língua portuguesa como língua adicional para o Curso de Letras Português e Espanhol, pois com a demanda atual de alunos indígenas falantes de línguas indígenas como língua materna presentes no *Campus* e no Município de Cerro Largo, além de movimentos migratórios que trazem outros sujeitos, de outras nacionalidades para a região, aumentará a necessidade de profissionais nas escolas que saibam como ensinar o português como língua adicional e não somente como língua materna, o que é imprescindível o uso de metodologias específicas para esse fim.

Assim, os objetivos desta pesquisa foram alcançados, pois foram identificadas as ações institucionais que são voltadas para o público indígena da UFFS e realizada a análise documental para identificar especificamente se há ou não a

preocupação linguística, inclusive nos PPCs dos cursos de graduação que possuíam alunos com matrículas ativas nos anos de 2023 e 2024.

Convém ressaltar que os resultados desta pesquisa podem impactar positivamente para a elaboração dos próximos Projetos Pedagógicos dos Cursos, na Universidade Federal da Fronteira Sul, e até outras ações glotopolíticas que podem ser alcançadas através de pesquisas semelhantes, que buscam repensar ações para atender ao contexto atual acadêmico.

Com isso, espera-se que essa pesquisa contribua para que a Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Cerro Largo, continue acolhendo ainda mais os discentes indígenas brasileiros, falantes de línguas indígenas como língua materna, adotando uma abordagem plurilingue de ensino e aprendizagem, valorizando a diversidade cultural ao mesmo tempo em que o ensino da língua portuguesa como língua adicional seja utilizada como uma ferramenta extra de acesso ao conhecimento, autonomia, integração social e cultural.

REFERÊNCIAS

- AMES, Maria Alice Canzi. **Análise do processo seletivo dos indígenas na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS**. In: PERON, Lucélia; CELLA, Rosenei; RODRIGUES, Diego Palmeira (org.). Os 10 anos do Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas - PIN da UFFS: itinerários percorridos. Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2023. p. 59-62.
- BAGNO, M. **Preconceito lingüístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 1999.
- CUNHA, C. **Língua portuguesa e realidade brasileira**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.
- DE DEUS, Andréia Florêncio Eduardo. **Os estudantes indígenas e os desafios da vida universitária: entre o sonho e a realidade na UFFS - Campus Realeza**. In: PERON, Lucélia; CELLA, Rosenei; RODRIGUES, Diego Palmeira (org.). Os 10 anos do Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas - PIN da UFFS: itinerários percorridos. Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2023. p. 63-69.
- GALLI, J. A.; LAGARES, X. C. **Perspectiva glotopolítica e letramento em línguas: um diálogo convergente para a pesquisa em política linguística**. The Specialist, v. 45, n. 4, p. 11-37, 2024. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/esp/article/view/65129/45706>. Acesso em: 03 mar. 2025.
- GUESPIN, L.; MARCELLESI, J. B. **Defesa da Glotopolítica**. In: SAVEDRA, M. M. G.; PEREIRA, T. C. A. S.; LAGARES, X. C. (orgs.). **Glotopolítica e práticas de linguagem**. Tradução de Marcos Bagno. Niterói, RJ: Eduff, 2021 [1986]. p. 11-49.
- HAMEL, R. E. **Derechos lingüísticos como derechos humanos: debate y perspectiva**. In: HAMEL, R. E. (ed.). Alteridades, n. 10. Derechos humanos lingüísticos en sociedades multiculturales. México: UAM, 1995. p. 11-23.
- IDIAZABAL, I.; DOLZ, J. **Diversidad lingüística y formación plurilingüe (introducción)**. In: DOLZ, J.; IDIAZABAL, I. (ed.). Enseñar (lenguas) en contextos plurilingües. Bilbao: UPV/EHU, [s.d.]. p. 11-32.
- LAGARES, X. C. Uma leitura da "Defesa da Glotopolítica". In: SAVEDRA, M. M. G.; PEREIRA, T. C. A. S.; LAGARES, X. C. (org.). **Glotopolítica e práticas de linguagem**. Tradução de Marcos Bagno. Niterói, RJ: Eduff, 2021. p. 51-62.
- LEFFA, V. J.; IRALA, V. B. **O ensino de outra(s) língua(s) na contemporaneidade: questões conceituais e metodológicas**. In: LEFFA, V. J.; IRALA, V. B. (org.). Uma espiadinha na sala de aula: ensinando línguas adicionais no Brasil. Pelotas: Educat, 2014. p. 21-48.

LIMA, Junior EB; OLIVEIRA, GS; SANTOS, ACO, et al. **Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa**. Cad. Fucamp. 2021; 20(44):36-51. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2356>. Acesso em: 05 jul. 2025

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

OLIVEIRA, G. M. (org.). **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos: novas perspectivas em política linguística**. Mercado de Letras/ALB, 2003.

PAIVA, V. L. M. O. **Manual de pesquisa em Estudos Linguísticos**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019.

SEVERO, C. G. **Política(s) linguística(s) e questões de poder**. ALFA: Revista de Linguística, São Paulo, v. 57, n. 2, [s.p.], 2013. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/5132>. Acesso em: 04 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Edital nº 12/PROGRAD/UFS/2024, de 26 de abril de 2024: **Seleção de Projetos de Monitoria de ensino UFS - 2024**. Disponível em: <https://boletim.ufs.edu.br/atos-normativos/edital/prograd/2024-0012>. Acesso em: 05 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Projeto Pedagógico do Curso de Administração. Cerro Largo: UFS, 2024**. Disponível em: https://www.ufs.edu.br/ufs/conteudo/ADMCL/PPC_Administracao_CL_2024.pdf. Acesso em: 05 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Biológicas (Licenciatura). Cerro Largo: UFS, 2018**. Disponível em: https://www.ufs.edu.br/ufs/conteudo/PPC_Ciencias_Biologicas_CL_201820250129130236.pdf. Acesso em: 05 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Biológicas (Licenciatura). Cerro Largo: UFS, 2023**. Disponível em: https://www.ufs.edu.br/ufs/conteudo/PPC_Ciencias_Biologicas_CL_202420250129130327.pdf. Acesso em: 05 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Ambiental e Sanitária. Cerro Largo: UFS, 2025**. Disponível em: <https://boletim.ufs.edu.br/atos-normativos/ppc/cgeasbcl/2025-0003>. Acesso em: 05 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Projeto Pedagógico do Curso de Letras Português e Espanhol. Cerro Largo: UFS, 2019**. Disponível em: [https://www.ufs.edu.br/ufs/conteudo/PPC_Letras_Portugues_Espanhol_CL_2019%20\(1\).pdf](https://www.ufs.edu.br/ufs/conteudo/PPC_Letras_Portugues_Espanhol_CL_2019%20(1).pdf). Acesso em: 05 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Projeto Pedagógico do Curso de Matemática. Cerro Largo: UFFS, 2022.** Disponível em: https://www.uffs.edu.br/uffs/conteudo/PPC%20Matem%C3%A1tica_CL_2022.pdf. Acesso em: 05 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Resolução nº 6/2015 – CONSUNI/CGRAD: **Aprova o Regulamento do Núcleo de Acessibilidade da UFFS. 2015.** Disponível em: <https://boletim.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgrad/2015-0006>. Acesso em: 04 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Resolução nº 6/CONSUNI CPPGEC/UFFS/2019, de 12 de março de 2019: **Institui o Programa de Línguas da Universidade Federal da Fronteira Sul. 2019.** Disponível em: <https://boletim.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicppgec/2019-0006>. Acesso em: 05 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Resolução nº 10/CONSUNI/CGAE/UFFS/2019, de 03 de setembro de 2019: **Institui a Política de Assistência Estudantil no âmbito da Universidade Federal da Fronteira Sul. 2019.** Disponível em: <https://boletim.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgae/2019-0010>. Acesso em: 05 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Resolução nº 11/CONSUNI/UFFS/2018, de 16 de agosto de 2018: **Aprova a Política Linguística da Universidade Federal da Fronteira Sul.** Disponível em: <https://www.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuni/2018-0011>. Acesso em: 05 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Resolução nº 17/CONSC-CL/UFFS/2017, de 06 de dezembro de 2017: **Aprova o Regimento Interno do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do Campus Cerro Largo - NEABI Campus Cerro Largo. 2017.** Disponível em: <https://boletim.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/conscccl/2017-0017>. Acesso em: 05 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Resolução nº 31/CONSUNI/CGAE/UFFS/2021: **Da Definição e da Finalidade do Programa de Monitorias. 2021.** Disponível em: <https://site-antigo-2025.uffs.edu.br/institucional/pro-reitorias/graduacao/repositorio-prograd/resolucao-no-31-consuni-cgae-uffs-2021>. Acesso em: 05 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Resolução nº 39/22 – CONSUNI/CGAE: **Institui o Núcleo de Apoio Pedagógico – NAP da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). 2022.** Disponível em: <https://boletim.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consunicgae/2022-0039>. Acesso em: 03 abr. 2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. Resolução nº 89/CONSUNI/UFFS/2021, de 07 de dezembro de 2021: **Altera a Resolução nº**

33/CONSUNI/UFFS/2013, que Institui o Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN) da UFFS. 2021. Disponível em: <https://boletim.uffs.edu.br/atos-normativos/resolucao/consuni/2021-0089>. Acesso em: 05 abr. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL. **Terceiro relatório das atividades do Programa de Acesso e Permanência dos Povos Indígenas (PIN).** [Relatório interno]. Cerro Largo: UFFS, 2023. Documento não disponível para consulta pública.

VALLE, J. D. **Notas para una teoría glotopolítica.** Erebea. Revista de Humanidades y Ciencias Sociales, v. 11, [s.n], p. 11-20, 2021. Disponível em: <https://www.uhu.es/publicaciones/ojs/index.php/erebea/article/view/6900>. Acesso em: 05 abr. 2025.